

DIREITO EMPRESARIAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 13.818, de 24 de abril de 2019</u>	Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.
<u>Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019</u>	Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples. Mensagem de veto.
<u>Decreto Federal nº 9.769, de 16 de abril de 2019</u>	Estabelece a competência para autorizar o exercício da atividade de escrituração de duplicatas escriturais.
<u>Lei Federal nº 13.792, de 03 de janeiro de 2019</u>	Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas.
<u>Lei Federal nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018</u>	Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.405, de 11 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

<u>Decreto Federal nº 9.387, de 29 de maio de 2018</u>	Dispõe sobre a exclusão das participações acionárias detidas pelo extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento do âmbito do Programa Nacional de Desestatização.
<u>Decreto Federal nº 9.181, de 26 de outubro de 2017</u>	Altera do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
<u>Lei Federal nº 13.476, de 28 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.
<u>Lei Complementar nº 154, de 18 de abril de 2016</u>	Acrescenta § 25 ao art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao microempreendedor individual utilizar sua residência como sede do estabelecimento.
<u>Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Mensagem de veto
<u>Decreto Federal nº 8.723, de 27 de abril de 2016</u>	Altera o Decreto nº 6.889, de 29 de junho 2009, que dispõe sobre o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas.
<u>Mensagem de veto total nº 482, de 12 de novembro de 2015</u>	Projeto de Lei no 6.299, de 2009 (no 304/08 no Senado Federal), que "Altera o caput do art. 60 da Lei no 8.934, de 18 de novembro de 1994, para reduzir o período sem registro na junta comercial que caracteriza a inatividade do empresário ou da sociedade empresária".
<u>Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015</u>	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
<u>Lei Federal nº 13.129, de 26 de maio de 2015</u>	Altera a Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

<u>Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.</u>	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005</u>	Altera o artigo 192 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
<u>Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005</u>	Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
<u>Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968</u>	Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.
<u>Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945</u>	Lei de Falências.
<u>Decreto Federal nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908</u>	Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br